

O ARQUIVO E O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA ENQUANTO FERRAMENTAS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O ARQUIVO CENTRAL E O CENTRO DE CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA UFJF E A CIDADE DE JUIZ DE FORA

Resumo

Os arquivos e os centros de documentação e memória são importantes atores quando pensamos na preservação dos Patrimônios Culturais. Inicialmente, pelo fato de os documentos de arquivo serem registros probatórios, testemunhos sociais, culturais e históricos de diferentes acontecimentos e atividades. E, também, pelo fato de um dos aspectos mais importantes dessas instituições: serem ferramentas para cidadania, o que somente se torna possível quando os preservamos e fortalecemos enquanto espaços sociais. Como objeto de nosso estudo, temos o Arquivo Central (AC) e o Centro de Conservação da Memória (CECOM), ambos órgãos da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O AC tem sob sua custódia dois diferentes acervos. O primeiro, pertencente ao Centro de Memória Institucional, composto por documentos referentes a própria UFJF. O segundo, do assim chamado Centro de Memória Social, custodia diferentes fundos e coleções, doados ou cedidos para o AC/UFJF a partir dos anos 1980, remanescentes do antigo Arquivo Histórico. Estes se configuram em conjuntos documentais de diferentes produtores, que retratam diversos aspectos de Juiz de Fora e região desde o século XIX. Os documentos do Centro de Memória Social são provenientes de instituições ou empresas hoje são consideradas Patrimônios Culturais de Juiz de Fora pela Fundação Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA). Assim, o acervo custodiado na instituição é fundamental para que pesquisadores e cidadãos comuns possam ter acesso a diferentes aspectos relacionados a esses bens culturais, seja sobre seus funcionamentos, seja sobre o que foi produzido a respeito destes, como por exemplo o Fundo Odilon Braga, Fundo Construtora Pantaleone Arcuri, Fundo Companhia Fiação e Tecelagem Bernardo Mascarenhas, Fundo Cível do Fórum Benjamim Colucci, entre outros.

O CECOM possui a guarda de documentos do Diretório Central de Estudantes da UFJF, do acervo do Dormevilly Nóbrega e coleções de fotos do René Matos, Arthur Arcuri e Luiz Carlos. Desta forma, este setor atua na conservação da memória do movimento estudantil e da UFJF, a partir do Projeto História da UFJF e trabalha, assim como o AC, na organização de um acervo de grande relevância para a história de Juiz de Fora e região. Abrangendo as mais diversas publicações que datam períodos dos séculos XIX ao XXI e contemplam variadas formas da literatura, como romances, contos, poesia, biografias e crônicas, além de publicações avulsas, como periódicos, revistas e cartas.

Ademais, o CECOM organiza eventos culturais e acadêmicos relacionados a história, memória e patrimônio, como minicursos, congressos, MemoriArte e lives (“Conversês do CECOM”).

Nosso objetivo é discutir como as atividades desenvolvidas por estes setores contribui para o conhecimento e a preservação do Patrimônio Documental da cidade de Juiz de Fora, tomando parcelas de fundos e coleções, apresentando suas especificidades e abordando o tratamento técnico arquivístico desenvolvido, reforçando a participação dos arquivos e centros de documentação e memória na proteção, promoção e difusão dos bens culturais.

Palavras-chave: Arquivo Central, CECOM, arquivo, patrimônio, Juiz de Fora.

1. Documentos arquivísticos como patrimônio cultural: a atuação dos arquivos e Centros de Documentação e Memória

No Brasil, a concepção de patrimônio arquivístico começou com a ideia de uma construção da história nacional, no século XIX, a partir das ações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que se empenhou para se identificar e dar importância aos documentos que seriam fontes para escrever a história do país.

Deste modo, o propósito inicial de preservação do patrimônio estava atribuído à importância de resguardar a história e a cultura nacional. Sendo assim, com a criação do SPHAN¹ e a institucionalização dessa preservação, primeiramente, se teve a preocupação em proteger monumentos e obras ligadas a história nacional. Observa-se que inicialmente a maioria dos bens preservados eram imóveis (CHUVA, 2009).

Desta forma, apenas na Constituição de 1946 a palavra documento foi apontada no contexto de preservação. No artigo 175 diz:

As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sobre a proteção do poder público (Art. 175º da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946).

Embora o Arquivo Nacional (AN) existisse desde 1838², este não tinha o prestígio que se tem nos dias atuais e nem as mesmas funções. Por muitos anos, esta instituição teve como principal função recolher os arquivos administrativos do governo e auxiliar na elaboração da história nacional (CRIVELLI & BIZELLO, 2012, p. 47).

A partir da década de 1950, a preservação do patrimônio arquivístico começou a se tornar mais consistente no país. Neste período, o AN instituiu cursos de capacitação para servidores públicos, a fim de capacitá-los e conscientizá-los da necessidade de organizar e preservar documentos.

Na década de 1960 iniciou-se um período de descentralização da preservação do patrimônio que se intensificou na década de 1970. Foram criados diversos setores, como: secretarias, divisões, arquivos e centros de documentação e memória em níveis estaduais e municipais.

Como consequência dessa descentralização algumas instituições como as universidades públicas passaram a se preocupar tanto com a guarda e preservação dos seus documentos administrativos quanto com acervos relacionados a história local, regional e ou nacional.

Porém, além de pensar na disseminação do patrimônio arquivístico, têm-se que se refletir sobre o que se insere neste conceito. De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p.130) é um “conjunto dos arquivos de valor

permanente, públicos ou privados, existentes no âmbito de uma nação, de um Estado ou de um município”. A partir deste conceito, observa-se que está relacionado a questão material e histórica do documento.

O autor Enderson Medeiros (2011, p.38) reflete em seu texto sobre esta concepção de patrimônio arquivístico e propõe uma reflexão com Riegl:

Pensando com Riegl, mas não esquecendo a função positiva e objetiva do documento de arquivo, os valores do patrimônio arquivístico estariam postos pelo indivíduo ou indivíduos que vão dar significação a esses documentos. Nesse sentido, trabalharíamos com valores de rememoração, que, segundo Riegl (2006) são três: o histórico, o de rememoração intencional e o de antiguidade.

Ao considerar os valores do patrimônio arquivístico e a relação ativa do indivíduo com este, pode-se ampliar a ideia deste conceito, passando a se referir não apenas aos bens produzidos no passado, mas também nas expressões de cultura da atualidade.

Sendo assim, pode-se referir à preservação do patrimônio arquivístico, quando a ligação que a sociedade possui com os modos de registro do seu passado constitui uma identidade, uma vez que, por meio do acesso aos registros, os indivíduos podem rememorar sua história.

Arquivos e Centros de Documentação e memória: lugares de memória e ferramenta de cidadania:

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 27),

arquivo é o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte; Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos; Instalações onde funcionam arquivos; Móvel destinado à guarda de documentos.

Os Centros de Documentação e Memória são setores ligados geralmente a instituições públicas que buscam preservar a memória desta, a partir da guarda de sua documentação e da produção de novos documentos históricos, como por exemplo,

depoimentos orais. Além disso, são lugares que guardam acervos relacionados a história local e regional e incentivam a pesquisa (CAMARGO, 1999, p.56-59).

A partir desses conceitos pode-se afirmar que ambos os órgãos possuem a função de guarda de acervos sejam institucionais ou históricos, e estão direta ou indiretamente ligados a preservação da memória seja de uma instituição, uma comunidade, município, região ou país.

Conforme MERLO e KONRAD (2015, p. 34) a memória é caracterizada por meio de registros de informação, pode estar contida em diferentes suportes, desde que seja viável a recuperação e o acesso aos conteúdos que atribuem um significado que constitui a memória destes fatos.

Segundo Pereira “A construção da memória está estreitamente vinculada ao acesso à informação, que por sua vez está vinculada à organização dos seus suportes materiais.” (PEREIRA, 2011, Apud, MERLO & KONRAD, 2015, p. 34).

No contexto contemporâneo no qual vivencia-se uma aceleração da História, observa-se a dificuldade de perpetuação da memória. Dessa forma, fazem-se necessários setores como estes conceituados acima, que podem ser vistos como lugares de memória, que segundo Pierre Nora, “vão do objeto material e concreto, ao mais abstrato, simbólico e funcional, simultaneamente e em graus diversos” (NORA, 1993, p.21).

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre (...). É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1993, p.22).

Atualmente, tem-se discutido bastante, a necessidade de aproximar as pessoas desses setores, para tal, se faz necessário uma educação que conscientiza sobre o passado, que explore as marcas do ambiente urbano e aproxime a população da sua

história de múltiplas formas mais tangíveis que o discurso histórico do currículo (MIRANDA & BLACH, 2013, p. 69).

Além do mais, é importante compreender a relevância da preservação do presente para o futuro. De se salvaguardar as diversas narrativas em torno do patrimônio cultural, enfatizando a relação das pessoas com estes lugares de memória e não apenas o discurso oficial.

Em vista disso, se faz jus a ampliação do conceito de patrimônio arquivístico discutido anteriormente, uma vez que, este não faz parte apenas de uma constituição histórica, mas está relacionado também a valores do cotidiano das pessoas, como o debate sobre democracia e a compreensão da cidadania.

2. Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora

Criado pela Resolução nº 15, de 31/05/2011, o Arquivo Central nasceu como órgão suplementar vinculado à Reitoria e substituiu o antigo Arquivo Histórico. O AC é responsável pelo sistema de arquivos e a gestão dos documentos produzidos pela UFJF, prestando assessoria técnica aos setores, promovendo a preservação, a normalização dos processamentos técnicos, a guarda e a destinação adequada aos documentos. O estabelecimento do AC tinha o intuito urgente de dar atenção à massa documental institucional produzida e a necessária implementação de uma política de gestão de documentos.

Não obstante, desde o primeiro momento, o AC manteve sob sua custódia o acervo oriundo do anterior Arquivo Histórico³. São fundos e coleções recolhidos, provenientes de diferentes doadores e que tratam de variados aspectos relativos à cidade de Juiz de Fora e região. Entre eles podemos destacar os fundos Fórum Benjamim Colucci, Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas, Pantaleone Arcuri, Odilon Braga, entre outros. Assim, juntamente ao acervo documental institucional, principalmente os documentos de caráter permanente, como por exemplo o arquivo fotográfico Roberto Dornelas, o perfil formado pela totalidade de documentos sob a guarda do AC mostram uma franca vocação para estabelecer o AC como núcleo de informações sobre a cidade e seu entorno, desde sua formação. Isso faz com que o

acervo tenha uma grande procura por parte de estudantes, pesquisadores e cidadãos em geral, que procuram por referências e dados diversos.

Nesse sentido, fica claro que valores importantes podem ser atribuídos ao acervo, tais como o valor histórico, o valor memorial, o valor informacional, compreendendo-o em um contexto ampliado como patrimônio arquivístico. Para além de quaisquer discussões acerca da conceituação, da compreensão, da subjetividade ou da significação que perpassam esse entendimento sobre a valoração do patrimônio arquivístico, é certa a relevância das informações ali contidas e a responsabilidade do AC não só pelo processamento técnico e guarda, mas também pela preservação, difusão e acesso a tais informações.

Decorrente dessa constatação, a equipe de AC passou a criar e adaptar os procedimentos técnicos relacionados ao campo da preservação de modo que o acervo pudesse receber a atenção devida e ao mesmo tempo responder às demandas de consultas, sempre crescentes.

Como uma das estratégias de preservação adotadas estão atividades ligadas à educação patrimonial, com a realização de oficinas, visitas guiadas, minicursos, entre outras. O intuito é demonstrar a prática diária de trabalho em um arquivo para um público leigo, compartilhando conhecimentos. Outra proposta desenvolvida é a participação do AC no projeto de Treinamento Profissional da UFJF, possibilitando que estudantes da Instituição sejam bolsistas. Atualmente o AC possui seis projetos em andamento e 25 bolsistas em atividade, em todos os setores, promovendo capacitação técnica desses estudantes. Criamos o LaphArq, Laboratório de Pesquisa em História e Arquivologia, um grupo de pesquisa Cnpq, que tem como proposta o fomento e desenvolvimento de pesquisas sobre Juiz de Fora e região utilizando como fontes a documentação custodiada no AC.

Por outro lado, juntamente com os procedimentos de higienização, pequenos reparos e acondicionamento do acervo, a digitalização também está em processo. O foco inicial foi trabalhar com as séries inventários (séculos XIX e XX) e testamentos, pertencentes ao fundo Fórum Benjamim Colucci, por serem a documentação de maior procura por parte dos consulentes, o que já se estendeu a outras séries e conjuntos. O material digitalizado propicia, como sabemos, além da preservação do original, a

facilidade de consulta, principalmente a partir de 2020, quando entramos no período de distanciamento social e passamos a trabalhar em modo remoto. Esse, aliás, é o nosso desafio mais recente: o teletrabalho e a preservação do acervo.

A adaptação rápida e forçada à nova realidade impôs desafios aos quais ainda existem ajustes a serem feitos. Entretanto, também trouxe novas possibilidades, novas frentes de trabalho. O uso das redes sociais, a produção de conteúdo, as interações ‘on-line’ são ferramentas que descortinam um novo e ampliado campo de atuação, onde podemos trabalhar a questão da preservação dos acervos de forma crítica e educativa. Nossa breve experiência já mostra resultados muito satisfatórios, avaliados pelo retorno dado pelos usuários, em todas as atividades propostas, muitas delas desenvolvidas em parceria com outros setores da UFJF, como por exemplo o CECOM. No futuro, continuaremos nosso trabalho na preservação de nosso acervo lançando mão e unindo todas as possibilidades de atuação, seja em modo remoto ou presencial.

3. Centro de Conservação da Memória

O Centro de Conservação da Memória da UFJF (CECOM-UFJF) foi idealizado pela prof. Ms. Mônica Olender, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFJF. A partir de diálogos com outros professores, entre eles: Ms. Galba Di Mambro, Dr. Marcos Olender, Dra. Christina Musse, entre outros; foi possível concretizar o projeto de criação do CECOM.

O CECOM foi criado pela resolução nº 12/2014, com a natureza de órgão suplementar da UFJF, com característica interdisciplinar, com os seguintes objetivos:

Art. 2º. O CECOM tem por objetivos:

- I. promover, a partir de ações de caráter multidisciplinar, a preservação da memória social (traduzida em bens possuidores de valor histórico-cultural) através da realização de oficinas, canteiros-escola e cursos de extensão que auxiliem na formação e capacitação de mão-de-obra e que possa, nesse sentido, atuar tanto em Juiz de Fora quanto em qualquer outra cidade do Brasil e, mesmo, do exterior;
- II. promover estudos e pesquisas sobre conservação da memória;
- III. promover eventos acadêmicos na área de conservação da memória;
- IV. coletar e custodiar documentos de qualquer natureza que possam contribuir para a preservação da memória da sociedade local, regional ou nacional;
- V. promover a organização, conservação e divulgação de seu acervo;
- VI. colaborar com outros órgãos da UFJF em atividades ligadas à conservação da memória;

- VII. colaborar nos programas de pesquisa e extensão da UFJF afins ou nas áreas de seus objetivos;
- VIII. prestar consultoria ou assessoria a projetos ligados à conservação da memória e do patrimônio sócio-cultural;
- IX. ofertar espaço-físico e infra-estrutura qualificados para atendimento de demandas da comunidade juizforana, bem como de outras cidades brasileiras (especialmente do estado de Minas Gerais), através da atuação de docentes (orientadores) e de discentes (bolsistas e voluntários) em projetos de pesquisa e, principalmente, extensão, voltados para a preservação da memória traduzida em bens histórico-culturais materiais e imateriais;
- X. desenvolver programas de publicações de caráter científico, bem como de resultados dos projetos desenvolvidos pelo CECOM;
- XI. estabelecer intercâmbio com entidades similares ou congêneres;
- XII. definir e desenvolver uma política de recolhimento de acervos de interesse para a memória da sociedade, gerados fora do contexto institucional da UFJF;
- XIII. coletar e custodiar documentos de qualquer natureza que possam contribuir para a preservação da memória da sociedade local, regional ou nacional;
- XIV. promover a organização, conservação e divulgação de seu acervo (Resolução Nº 12/2014).

Desde 2016, o CECOM-UFJF está sediado no prédio localizado na esquina da Av. Getúlio Vargas com a rua Floriano Peixoto, na cidade de Juiz de Fora. Este é um imóvel foi inaugurado em 1884 como Diretoria de Higiene do município, fechou em 1920 e reabriu uma década mais tarde, como apêndice da Escola de Engenharia e, posteriormente, passou a ser sede do Diretório Central dos Estudantes da UFJF.



Foto 1 – Sede do CECOM (NORONHA FILHO, 2016, p. 171)

O atual diretor deste órgão é o prof. Dr. Marcos Olender e o coordenador do setor de acervos é o prof. Dr. Rodrigo Christofolletti. Para além, o setor conta com

uma equipe composta por três técnicos administrativos, três funcionárias terceirizadas e alguns bolsistas e estagiários.

O CECOM além da guarda e preservação de acervos arquivísticos, trabalha com a organização de outras atividades, como eventos culturais e acadêmicos, por exemplo, o MemoriArte (consiste em uma palestra e em uma apresentação cultural com diversas temáticas em torno de memória e resistência) e o curso de Introdução à metodologia do tratamento de arquivos lecionado pelo prof. Ms. Galba Di Mambro.

Neste trabalho, será dissertado mais especificamente sobre o patrimônio arquivístico do setor. O CECOM possui dois fundos: Fundo DCE e Fundo Dormevilly Nóbrega.

O acervo do DCE foi recolhido pelo Laboratório de Patrimônios Culturais (LAPA)⁴, em 2011, através do projeto “50 anos do Diretório Central dos Estudantes da UFJF: Organização do acervo histórico documental”, coordenado pelo prof. Dr. Marcos Olender e pela prof^a. Dra. Gislene Edwiges Lacerda.

Quando os documentos foram doados eram um conjunto de massa acumulada. O acervo passou por um processo de higienização, organização e mais recentemente catalogação. Este contém diversos tipos de documentos, como: jornais, boletins da reitoria, pôsteres de eventos, fichas para carteirinhas de estudantes, fotos, notas fiscais, recibos, ofícios, cartas, dentre outros.

Em 2012, este projeto foi ampliado: o acervo do DCE passou a fazer parte do projeto História da UFJF que tem como objetivo preservar a memória da UFJF.

A partir desta expansão, abriu-se espaço para o recolhimento de outros acervos (fotos do sr. Luiz Carlos; fotos do ex-reitor René Mattos) e para o trabalho com História Oral, a partir da coleta de depoimentos com personagens que atuaram e atuam na instituição e transcrição desses áudios.

Em relação ao acervo do Dormevilly Nóbrega, este foi transferido do Museu de Arte Murilo Mendes (MAMM) para o CECOM em agosto de 2020. Domeveilly nasceu em 1921, em Três Corações. Ele tinha um gosto peculiar pela leitura e colecionava de tudo. Além de colecionador, foi jornalista e escritor. Depois de sua morte, o acervo de Dormevilly foi adquirido pelo Museu de Arte Murilo Mendes em 2010.

O acervo é composto por livros, jornais e recortes de toda natureza fundamentam um importante acervo histórico de Juiz de Fora e região. As mais diferentes publicações datam de períodos dos séculos XIX ao XXI e contemplam as mais variadas formas da literatura, como romances, contos, poesia, biografias e crônicas, além de publicações avulsas, como periódicos, revistas e cartas.

Sobre o estado deste acervo, parte se encontra catalogada, mas a maior parte passará por um processo de separação, higienização, organização e catalogação.

A partir das ações voltadas para a guarda e conservação de acervos, para a História Oral e para a organização de eventos acadêmicos e culturais, o CECOM procura se reafirmar como um espaço social através da conservação da memória.

Atualmente, o CECOM está com uma programação on line nas suas redes sociais (Facebook e Instagram) e tem realizado *lives* no formato de Conversês com o intuito de promover debates em torno da temática do patrimônio cultural. Desta forma, o setor se reinventou no período de pandemia e conseguiu aproximar as pessoas através dos trabalhos realizados e da divulgação de seu acervo pela internet.

4. Considerações Finais:

Arquivos e centros de documentação e memória são locais especiais, depositários de documentações das mais variadas áreas do conhecimento, fundamentais como garantia de prova e/ou como matéria de pesquisas diversas. Ali estão guardadas parte da memória e consciência do passado de um povo, uma região, uma época, testemunhos sociais, culturais e históricos de diferentes acontecimentos e atividades. Como apontado no resumo de abertura do texto, se constituem como importantes atores quando pensamos na preservação dos Patrimônios Culturais, acesso à informação e ferramenta para a cidadania.

Isto posto, (re)conhecer o trabalho desenvolvido pelo Arquivo Central (AC) e o Centro de Conservação da Memória (CECOM), órgãos da Universidade Federal de Juiz de Fora, mostra a preocupação e comprometimento de ambos não só com o tratamento técnico arquivístico, mas também fortalecendo o compromisso para com a proteção, promoção e difusão dos bens culturais da nossa cidade e região.

Analisando a trajetória tanto do AC quanto do CECOM, é possível apontar as ações educativas como um referencial importante na proposta de preservação do acervo, na medida em que aproxima a comunidade, criando vínculos de afetividade e relações de pertencimento que fazem com que haja, de fato, uma conscientização para relevância dos acervos, o potencial transformador contido nas informações e no conhecimento do passado.

Desta forma, ambos os setores procuram, cada vez mais, se aproximar e dialogar com a população, se reafirmando como espaços sociais e ferramentas de cidadania.

Referências

ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/arquivocentral/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

BRASIL. Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/.../Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Data de acesso: 4 de abril de 2020 às 13 horas e 45 minutos.

_____. Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Data de acesso: 4 de abril de 2020 às 14 horas.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Data de acesso: 13 de abril de 2020 às 18 horas e 50 minutos.

_____. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em 20 out. 2017.

CAMARGO, Celia Reis. *A Margem do Patrimônio Cultural. Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980)*. Assis, UNES, 1999. Tese de Doutorado em História.

_____. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: CAMARGO, Celia et al. *CPDOC 30 anos*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003. p. 21-44. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1350.pdf>. Acesso em: 13 de abril de 2020 as 20 horas e 09 minutos.

_____. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). *Arquivos, patrimônios e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp; Fapesp, 1999. p. 49-64.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CRIVELLI, R. & BIZELLO, M. L. *A História da Arquivologia no Brasil (1838-2012)*. In: FUENTES. Vol. 6 - Nº 21 - La Paz, Agosto. 2012, p. 44-56.

GERMANO, Alessandra de Carvalho. Diretrizes para Aquisição de Arquivos: Uma contribuição à política de Arquivos da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2017. 123f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MEDEIROS, Enderson. *A patrimonialização e o arquivo enquanto patrimônio: um olhar antropológico*. Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 25, n.1, p.35-45, jan./jun. 2011.

MEMÓRIA DO MUNDO: Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental mundial. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/Edital_MOWBrasil__vers_o_final_16_03_2012_1_doc1.pdf/401bb73b-5aea-4d2e-8cb4-0387889758d6>. Acesso em: 20 out. 2017.

MIRANDA, Sonia Regina & BLACH, Joan Pagès. Cidade, Memória e Educação: conceitos para provocar sentidos vividos. In: MIRANDA, Sonia Regina & SIMAN, Lana Mara Castro (Orgs). *Cidade, Memória e Educação*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

NORA, Pierre. *Entre história e memória: a problemática dos lugares*. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

NORONHA FILHO, Paulo. *A restauração arquitetônica do prédio da antiga fábrica de aparelhos da Escola de Engenharia de Juiz de Fora e sua adaptação para o Museu Dinâmico de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de Juiz de Fora*. In: IV Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de C&T, 2016, p. 168-185.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Superior. Resolução nº 15, de 2011. Cria o Arquivo Central e dispõe sobre o Sistema de Arquivos da UFJF. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/consu/files/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-15.2011.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

Notas

¹ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado em 13 de janeiro de 1937, através da lei nº378. Em 30 de novembro do mesmo ano, o SPHAN teve sua ação de proteção regulamentada pelo decreto-lei nº 25.

² O Arquivo Nacional foi criado em 1838, nomeado Arquivo Público do Império (API). Desde sua criação algumas reformulações internas ocorreram, como em 1893, que passou a ser denominado Arquivo Público Nacional (APN) e em 1911, quando foi intitulado Arquivo Nacional (AN).

³ Para conhecer nosso acervo, acesse a página do Arquivo Central: <https://www2.ufjf.br/arquivocentral/> e nos acompanhe em nossas redes sociais (#arqcentral_ufjf, @arqcentralufjf).

⁴ O LAPA é um laboratório vinculado ao CECOM-UFJF. Portanto, a partir de 2016, os acervos do LAPA passaram a ser guardados no CECOM-UFJF, devido melhor infraestrutura.